

## LUTA, RESISTÊNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO: A ECONOMIA NO MODO DE VIDA QUILOMBOLA NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

### STRUGGLE, RESISTANCE AND SELF-ORGANIZATION: THE ECONOMY IN THE QUILOMBOLA WAY OF LIFE IN SEMI-ARID PERNAMBUCA

### LUCHA, RESISTENCIA Y AUTOORGANIZACIÓN: LA ECONOMÍA EN EL MODO DE VIDA QUILOMBOLA EN EL SEMIÁRIDO DE PERNAMBUCA

Michelle Cristina Rufino Maciel<sup>1</sup>  
Ana Maria Dubeux Gervais<sup>2</sup>  
Horasa Maria Lima da Silva Andrade<sup>3</sup>  
Wagner Lins Lira<sup>4</sup>

#### Resumo

A discussão sobre economia quilombola em diferentes comunidades no Estado de Pernambuco associa-se historicamente ao processo de colonização do Brasil, marcado pela luta e resistência destes grupos étnicos. Tais comunidades construíram modos de vida inspirados em laços de solidariedade, reciprocidade e ajuda mútua. Nesta perspectiva contra hegemônica, destacam-se formas de fazer economia que resistem e se contrapõem à lógica de produção e consumo capitalistas. O objetivo desse estudo é destacar as formas econômicas inerentes aos modos de vida quilombolas locais. A metodologia qualitativa contou com a realização de rodas de conversas e espaços de convivência coletiva na comunidade, de modo que as rodas foram inspiradas em roteiro de entrevista semiestruturado, utilizando como princípio os pressupostos da educação popular. Tal exercício epistemológico possibilitou conhecer mais de perto a auto-organização da comunidade em prol da promoção do bem-estar e da vida coletiva.

**Palavras-chave:** Economia, Cooperação, Modos de vida, Quilombola.

#### Abstract

The discussion about the quilombola economy in different communities in the State of Pernambuco is historically associated with the process of colonization in Brazil, marked by the struggle and resistance of these ethnic groups. Such communities built ways of life inspired by bonds of solidarity, reciprocity and mutual help. In this counter-hegemonic perspective, forms of economics that resist and oppose the logic of capitalist production and consumption stand out. The objective of this study is to highlight the economic forms inherent to local quilombola ways of life. The qualitative methodology included conversation circles and collective coexistence spaces in the community, so that the circles were inspired by a semi-structured interview script, using the assumptions of popular

<sup>1</sup> Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UFRPE, Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX/UFRPE (2012) Economista Doméstico (Licenciatura - 2009 e Bacharelado - 2008) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Docente do Departamento de Ciências do Consumo da UFRPE. E-mail: michelle8maciel@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9123-7454>.

<sup>2</sup> Licenciada Pedagogia (UFPE), Mestre em Educação (USP), Doutora em Sociologia - Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne) e realizou Estágio Pós-doutoral no CIRAD Montpellier, França, UMR Innovation. Docente sênior do Departamento de Educação da UFRPE e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UFRPE. E-mail: ana.gervais@ufrpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1393-529X>.

<sup>3</sup> Agrônoma (UFRPE), Mestre em Ciências Florestais (UFRPE), Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza- PPGEthno pela UFRPE e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UFRPE e Coorientadora da pesquisa. E-mail: horasa.silva@ufrpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5366-6610>.

<sup>4</sup> Licenciado em Ciências Biológicas (UFPE), Mestre (PPGA/UFPE) e Doutor em Antropologia (PPGA/UFPE). Pós-doutor em Educação (PPGECI/UFRPE/FUNDAJ), Docente do Departamento de Educação da UFRPE, do Mestrado em Educação Culturais e Identidades PPGECI/UFRPE e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial PPGADT/UFRPE e Orientador da pesquisa. E-mail: wagner.lira@ufrpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5174-980X>.

---

education as a principle. This epistemological exercise made it possible to get to know more closely the self-organization of the community in favor of promoting well-being and collective life.

**Keywords:** Economy, Cooperation, Ways of life, Quilombola.

### **Resumen**

La discusión sobre la economía quilombola en diferentes comunidades del Estado de Pernambuco está históricamente asociada al proceso de colonización en Brasil marcado por la lucha y resistencia de estos grupos étnicos. Estas comunidades construyeron modos de vida inspirados en vínculos de solidaridad, reciprocidad y ayuda mutua. En esta perspectiva contrahegemónica destacan formas de economía que resisten y se oponen a la lógica de la producción y el consumo capitalistas. El objetivo de este estudio es resaltar las formas económicas inherentes a los modos de vida quilombolas locales. La metodología cualitativa incluyó círculos de conversación y espacios de convivencia colectiva en la comunidad, de modo que los círculos se inspiraron en un guión de entrevista semiestructurado, utilizando como principio los supuestos de la educación popular. Este ejercicio epistemológico permitió conocer más de cerca la auto-organización de la comunidad en pro de promover el bienestar y la vida colectiva.

**Palabras clave:** Economía, Cooperación, Modos de vida, Quilombola.

## **INTRODUÇÃO**

Pode-se afirmar que nas últimas décadas a discussão em torno das diferentes formas de se pensar e conceber a economia contracolonial tem ganhado força. Sobretudo, no campo da construção do conhecimento acadêmico em articulação com grupos étnicos e movimentos sociais, considerando tanto os contextos urbanos quanto rurais (Santos, 2015). Essa pauta ganha visibilidade, especialmente quando traz a discussão acerca das especificidades da vida cotidiana de povos tradicionais, a exemplo da forma que está organizada sua economia (Moura, 2021).

No campo da organização econômica e dos modos de vida, chamamos atenção para as comunidades quilombolas, haja vista as contribuições de diferentes estudiosos/as, como Abdias do Nascimento (2019), Clóvis Moura (2021), Antônio Bispo dos Santos (2015), Flávio Gomes (2015), João Silva Filho e Andrezza Lisboa (2012), dentre muitos/as outros/as que apresentam tais dinâmicas econômicas como estratégicas formas de resistência, promoção de uma vida coletiva, contracolonialidade e preservação bioetnocultural em vários territórios étnicos brasileiros.

Por outro lado, é também possível localizar experiências que trazem outras formas de viver e materializar a economia, a exemplo das iniciativas de economia solidária - em torno dos conceitos de dádiva e reciprocidade (Mauss, 2003) - a partir das perspectivas iniciais de Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger (2009), a percepção da economia feminista e ecológica descrita por Miriam Nobre e Renata Moreno (2020), e outros processos de auto-organização de

comunidades tradicionais. Ou seja, formas de conceber as diferentes formas de materializar a economia, suas características e suas relações, ao passo de compreender e identificar aproximações e tensionamentos com o que se compreende enquanto economia quilombola e suas possíveis aproximações com a lógica da agroecologia<sup>5</sup>.

Segundo Aldemir Fiabani (2005), a economia contracolonial quilombola historicamente coloca a capacidade produtiva dos indivíduos a serviço da comunidade, tomando como referência as suas habilidades e as necessidades coletivas. Inclusive nos quilombos, uma das características marcantes elencadas por Antônio Bispo dos Santos (2015) e Aldemir Fiabani (2005), é a disposição da organização em mutirões respaldados nos princípios maussianos de dádiva e reciprocidade para o atendimento das demandas da comunidade. Ou seja, atividades relacionadas à caça, pesca, plantio, colheita, produção do artesanato, construção de espaços coletivos, entre inúmeras outras ações fundamentais à produção e reprodução da vida em coletividade nestes territórios étnicos, cabendo ressaltar que tais práticas não se alinham com a razão mercantil, no qual as trocas são monetarizadas e carregadas de interesses voltados unicamente para o lucro.

Sobre essa pauta relacionada à reprodução da vida em coletividade nos territórios quilombolas, Antônio Bispo dos Santos (2015) acrescenta que o uso da terra era demarcado pela capacidade coletiva de cultivar e de compartilhar. Ou seja:

[...] nossa roça era emendada com tantas outras roças que achávamos de roça de todo mundo. E nós podíamos pescar nos riachos e lagos, podíamos extrair frutos nativos e até cultivar sem precisar pedir permissão a quem cultivava (Santos, 2015, p.81).

O cenário apresentado, que materializa os fenômenos econômicos inerentes aos povos quilombolas do Brasil, fundamenta-se numa trama de relações intersubjetivas e ancestrais construídas ao longo da história, trazendo à tona uma série de elementos para discutir as formas de resistência e a existência dessas comunidades em seus respectivos territórios (Fiabani, 2005; Moura, 2021). Para além disso, nos remete à reflexão proposta por Elinor Ostrom (1990) sobre a capacidade de certas comunidades tradicionais de preservar os bens comuns.

Nesse contexto, os modos de vida em tais comunidades respaldam-se em práticas ancestrais fundamentadas na lógica da cooperação, da ajuda mútua, da partilha dos saberes-fazer, sobretudo, àqueles relacionados à produção e reprodução da vida (Gomes, 2015;

<sup>5</sup> Agroecologia aqui evidenciada por Valéria dos Santos (2020 p. 130) “a partir da lógica das formas de ação coletiva e afirmação dos princípios da soberania, solidariedade e justiça social”.

Santos, 2020). Nesta perspectiva, coloca-se como questão de pesquisa: quais as principais práticas econômicas ancestrais presentes no cotidiano da comunidade quilombola Jatobá II, localizada na região do Semiárido Pernambucano? Inquietação que aponta como objetivo destacar as formas econômicas inerentes aos modos de vida quilombolas locais.

Neste trabalho, exploraremos as conexões entre a economia quilombola local com outras concepções, tendo em vista a compreensão ampliada sobre as formas de organização econômica e suas interfaces com as dinâmicas contracoloniais conforme a percepção dos autores supracitados neste estudo. Cabe aqui, portanto, uma discussão que versa sobre a importância do uso racional dos bens naturais para o bem viver deste coletivo quilombola; as táticas de vivência internas (moradia, alimentação, transporte, trabalho reprodutivo, e outras); assim como as estratégias de vivência externas como a organização coletiva e relações econômicas para fora da comunidade.

## 2. Capitalismo e economia contracolonial

Partir de uma abordagem contracolonial, para inspirar a reflexão acerca da organização econômica tradicional quilombola, parece ser um exercício desafiador, principalmente por se tratar de um país, como é o caso do Brasil, o qual foi forçado a construir suas bases econômicas, sociais, políticas e culturais mediante uma perspectiva eurocentrada, escravista e colonizadora (Nascimento, 2019). Nesses termos, cabe mencionar as contribuições de Clóvis Cavalcanti (2010, p.53) sobre a lógica da economia convencional, ou também conhecida como a “economia-ciência tradicional”. Conforme o autor, esse modelo de economia resiste em estabelecer quaisquer que sejam as conexões com o cuidado e o respeito à vida e aos bens naturais, reduzindo-se somente a fluxos e variáveis do domínio econômico e geração de riqueza. Sobre essa questão, Yayo Herrero acrescenta:

[...] a economia convencional está em guerra contra a vida. Quando a economia vai bem, a vida corre perigo; quando entra em crise, recrudescem os processos de expropriação, mas é também neste momento que temos que aproveitar para respirar (Herrero, 2020, p.11).

Diante do que propomos enquanto reflexão nesse texto, abrimos o diálogo com as inquietações da autora Yayo Herrero (2020), que faz referência a lógica do sistema capitalista colonialista, historicamente engendrado na sociedade ocidental contemporânea. E se desenvolve, desconsiderando a importância da vida em detrimento da acumulação do capital e da apropriação predatória da natureza, provocando, portanto, a finitude dos bens naturais. Para

Antônio Bispo Santos (2023), essa apropriação da natureza sem limites, sobretudo para os contextos urbanos, materializa suas dinâmicas de vida numa estrutura colonialista e constrói uma necessidade insana de acumular recursos e objetos. São efetivamente indivíduos que não estabelecem qualquer tipo de conexão com a natureza para além da predação.

Nesse contexto, Yayo Herrero (2020) e Mirian Nobre (2020) chamam-nos atenção para a estrutura excludente do sistema capitalista, que garante sua expansão desconsiderando a importância da vida humana e suas necessidades materiais. Ou seja, a compreensão de que a natureza tem seus limites e o lugar de vulnerabilidade da vida, frente à necessidade do estabelecimento de relações que necessitam ser estabelecidas em coletividade. As autoras supracitadas reforçam que o sistema capitalista: “ignora a existência de limites físicos no planeta e oculta e subestima os tempos necessários para a reprodução social cotidiana” (Herrero, 2020, p.16).

Soma-se a essa discussão outro destaque feito por Mirian Nobre (2020), quando a autora se refere à acumulação originária do capitalismo que impulsionou a produção industrial nos países do norte, que se deu a partir do saqueio da natureza, mas também pelo tráfico de pessoas raptadas e escravizadas. O capital acumulado no absurdo e lucrativo tráfico está ligado a bancos e casas financeiras que existem até hoje.

Outro aspecto mencionado por Mirian Nobre (2020) é o modo de organização do trabalho e da economia de plantações das colônias. Um padrão é o trabalho até a exaustão, as pessoas trabalhadoras morrendo jovens e sendo substituídas por outras pessoas sequestradas. Por este ângulo, Marília Souza e Daise Ferraz (2023) destacam que os custos de reprodução da força de trabalho são mínimos e a própria força de trabalho é um capital imobilizado que se reproduz. Nesses termos as autoras salientam:

O processo de (re)produção da força de trabalho, portanto, está relacionado a dois aspectos: à reprodução da vida das forças de trabalho já existentes e à produção de novas forças de trabalho. Em ambos os casos, tal produção envolve, por um lado, a aquisição de mercadorias que satisfaçam necessidades de alimentação, habitação, vestuário, educação, formação profissional (sendo o valor dessas o elemento determinante do valor da força de trabalho), e por outro, de um trabalho que crie as condições necessárias ao consumo dos valores de uso dessas mercadorias compradas no mercado (Souza; Ferraz, 2023, p.04).

Nessa perspectiva, as autoras supracitadas argumentam ainda sobre a concepção do trabalho improdutivo, considerado aquele que não gera lucro diretamente ao capital. Contudo, o trabalho não é improdutivo para o capital somente quando se comporta como um custo de produção; mas também quando não constitui o próprio processo de valorização (Souza; Ferraz,

---

2023, p.04). Esse trabalho improdutivo, conforme Miriam Nobre (2020), também está relacionado à reprodução biológica e as atividades domésticas – a vida sexual e reprodutiva – de mulheres e homens, sobretudo das mulheres negras escravizados/as, pois é, sem nenhum disfarce, assunto econômico e de acumulação de capital.

Essa realidade se espalha rapidamente e toma impulso sem considerar os limites que precisam ser estabelecidos. Dessa forma, a sociedade capitalista avança num processo de destruição sem medida, desconsiderando o que realmente é importante para sustentar a vida humana por um longo tempo. Outra questão que vale salientar, é a concepção disseminada de uma falsa autonomia, tanto em relação à natureza quanto nas relações entre os indivíduos (Nobre, 2020).

Para Celso Furtado (2009), diante da lógica do capitalismo contemporâneo, passa a ser imperativo pensar em estratégias de como lidar com a necessidade criada para o aumento da produtividade do trabalho e suas repercussões na distribuição e utilização do produto social enquanto problema central da lógica desenvolvimentista. Haja vista que a produtividade econômica imprime o aumento de lucro majoritariamente para grandes corporações em detrimento da exploração da força de trabalho e dos bens naturais. Uma lógica de desenvolvimento ancorada na supremacia do crescimento econômico, que por sua vez, conforme José de Souza Martins (2009, p.26), materializa num conjunto de dificuldades no contexto cotidiano dos atores e atrizes sociais, ou seja, estabelece uma inclusão desses sujeitos no tecido social de forma “instável, precária e marginal”.

Esse dito desenvolvimento, colocado por Celso Furtado (2009) e José Martins (2009), para Antônio Bispo dos Santos (2023, p.17) ancora-se na ideia de “tratar os seres humanos como seres que querem ser criadores, e não criaturas da natureza, que querem superar a natureza”. Afastando, portanto, o indivíduo de qualquer que seja a (inter)relação que possa se estabelecer com a natureza, senão uma restrita relação de apropriação e extração dos bens naturais para transformá-los em recursos, ou melhor, em produtos para serem consumidos irregularmente e de forma demasiada.

Em contraposição a essa perversa lógica de organização social e econômica colonialista inspirada em cruéis relações de mercado - assim como elencadas por Karl Polanyi (2000), Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger (2009 p.162) -, também nos chama atenção as formas de economia solidária, enquanto estratégias de resistência às imposições capitalistas. As ações propulsoras da economia solidária, por seu turno, tomam como referência a solidariedade, a

dáviva e as relações coletivas em detrimento dos interesses individuais e/ou simplesmente o ganho material, o lucro e o monopólio das riquezas.

Ainda nessa discussão sobre economia solidária, Noelle Lechat (2009, p.134) argumenta que:

A economia solidária, trata-se de uma economia cuja base são valores como a justiça social, a solidariedade e o respeito à natureza. A economia moral busca a socialização da riqueza, privilegiando as necessidades sociais e não o lucro, o valor de uso e não o valor de troca. Seria em nome desses valores que, por exemplo, os proprietários de terra poderiam ser expropriados, em vista de uma justiça redistributiva (Lechat, 2009, p. 134).

Em se tratando da emergência desta lógica inclusiva de organização econômica e social, pode-se afirmar que surgem novas possibilidades interpretativas, a partir da perspectiva da economia feminista descrita por Miriam Nobre e Renata Moreno (2020). Neste sentido, a economia feminista enfatiza a importância do trabalho que não gera somente riqueza material, mas que garante a reprodução e manutenção da vida, ou seja, o trabalho doméstico, o cuidado com a vida, com as crianças e os idosos/as (Nobre; Moreno, 2020). Diga-se de passagem, um trabalho invisível e historicamente desvalorizado que é frequentemente realizado por mulheres (Nobre; Moreno, 2020).

Para Miriam Nobre e Renata Moreno (2020 p.48) a economia feminista se fundamenta na crítica das formas “atuais de organização da economia, hegemonicamente capitalistas, patriarcais e colonialistas”. Por este ângulo, as relações são construídas a partir da ação de sujeitos coletivos, impulsionando lutas e pautas coletivas. Sendo assim, não se pode perder de vista que originalmente o termo economia refere-se historicamente ao cuidado e administração da casa, posto que, em sua essência, ocorria no que se compreende e é reconhecido por autoras feministas enquanto espaço doméstico-privado (Leite, 2016).

Ainda sob as considerações de Eliane Leite (2016), a autora evidencia que, quando a dimensão econômica extrapola o espaço doméstico-privado e de administração da casa, passando a ter uma relação direta com o espaço público, ou seja, um espaço de geração de riqueza, conforme aponta na perspectiva capitalista, esse espaço doméstico-privado passa a ser considerado como improdutivo e invisibilizado, repercutindo na desvalorização do trabalho doméstico, exercido essencialmente pelas mulheres (Leite, 2016)

Contudo, é importante lembrar que a economia que nos propomos a retomar é aquela descrita por Amaia Orozco (2012); uma forma de entender economia que não é redutível aos mercados, a produção de riqueza para acumulação de capital, mas a economia que se refere a sua forma genuína de manutenção da vida, seja através das esferas monetarizadas ou não. É

esta economia que coloca o trabalho doméstico e reprodutivo no lugar de essencial, em sua importância para promoção e materialização da vida social. Uma economia que reconhece o desafio da crise do cuidado na reorganização do sistema econômico.

Nessa lógica de análise, precisamos avançar considerando as contribuições de Karl Polanyi (2000 p. 73), quando traz para reflexão os princípios do comportamento econômico norteados a partir da lógica da domesticidade, reciprocidade e redistribuição. Nestes termos, a domesticidade está relacionada à produção para uso próprio, para determinado grupo e/ou coletivo, - “produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo” (idem); a reciprocidade aparece no sentido do estabelecimento de ofertar sem a intenção de receber algo em troca, mas pela importância de compartilhamento e do bem-estar coletivo. E está relacionado à lógica da dádiva apontada por Mauss (2003). Por fim, mas não menos importante, Karl Polanyi (2000) traz para a roda do pensamento econômico o princípio da redistribuição, o qual está efetivamente alinhado à ideia de reciprocidade, de modo que a redistribuição assume a capacidade:

[...] de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração apenas porque a organização das sociedades em questão cumpre as exigências de uma tal solução com a ajuda de padrões tais como a simetria e a centralidade (Polanyi, 2000 p.68).

Nessa linha de pensamento, a redistribuição se estabelece a partir da percepção de atendimento das pautas coletivas para gerenciamento e organização das demandas que afetam um coletivo social. Para Karl Polanyi (2000 p. 69), princípios socioeconômicos relacionados à domesticidade, reciprocidade e redistribuição se estabelecem para iniciativas de “produtores primitivos e/ou pequenas comunidades, e que uma economia sem lucro e sem mercado deve ser simples, necessariamente”. Por outro lado, numa sociedade capitalista e colonialista como é o caso da realidade brasileira, essa forma de organização socioeconômica centrada numa perspectiva de resistência à lógica capitalista, apresenta-se como uma ameaça ao sistema hegemônico imposto (Polanyi, 2000).

Para Rose Menchise, Diogo Ferreira e Antón Álvarez (2023) no contexto do capitalismo atual, o Estado, portanto, assume uma postura de reforçar os interesses do capitalismo, uma vez que isso acontece no atual cenário neoliberal de altos investimentos em grandes corporações que assumem a manutenção da exploração do trabalho e das desigualdades sociais em detrimento aos limitados investimentos em iniciativas de efetivo impacto social (Menchise; Ferreira; Álvarez, 2023). Assim, a centralidade do Estado foca no desenvolvimentismo econômico como único “salvador” e mantenedor da vida social.



Contudo, cabe situar que a economia quilombola vem historicamente se contrapondo a essa lógica capitalista, colonialista e excludente, manifestando-se no lugar da resistência a tudo isso. Mas de todo modo, não se pode deixar de salientar as considerações de Selma Dealdina (2020) quando afirma que o Estado é que deveria assumir o lugar de protetor e provedor, no entanto, é um dos maiores violadores dos direitos, sobretudo das populações vulnerabilizadas, a exemplo das comunidades quilombolas.

Essa realidade se estabelece mediante a omissão sistemática e a falta de vontade política e preservação de interesses hegemônicos sobre os territórios quilombolas. Um Estado que tem impedido o acesso às políticas públicas básicas e às possibilidades de reconhecimento e titulação destes territórios étnicos. Ainda nessa mesma direção a autora argumenta que:

Os quilombos resistem há séculos à violência racista do Estado Brasileiro e de agentes privados detentores de poder. A luta negra quilombola está apresentada nos quilombos que até hoje lutam por igualdade social, racial e de gênero. Acesso à terra, à moradia, à educação, valorização da agricultura tradicional, proteção de defensoras/es de direitos humanos e salvaguarda das sementes e do meio ambiente (Dealdina, 2020, p.32).

Com todo desafio descrito por Selma Dealdina (2020), Maria Aparecida Mendes (2020) reforça essas dificuldades provocadas pelo abandono e/ou pela presença repressora do Estado nas populações quilombolas. Nesse sentido, falar de economia quilombola num contexto capitalista e colonialista obrigou aos quilombolas a construção de estratégias de resistências e enfrentamentos para garantia e manutenção dos modos de vida nos quilombos (Mendes, 2020)

A forma de conceber as relações socioeconômicas dentro dos quilombos toma como mote sua ancestralidade e os saberes-fazeres inspirados em uma cultura contracolonial desde África (Nascimento, 2019). Uma economia que parte da perspectiva do sentido do envolvimento e da confluência, tal qual trazido por Antônio Bispo dos Santos (2023), que valoriza a vida, podendo-se afirmar que se aproxima dos princípios da domesticidade, reciprocidade e redistribuição colocados por Polanyi (2000), sem perder de vista a perspectiva da dádiva e reciprocidade descrita por Mauss (2003).

Cabe aqui destacar a importância de centrar discussões numa concepção de economia inspirada na concepção contracolonial, haja vista a construção de percursos distintos e transgressores à abordagem capitalista. Nesse sentido, os modos de vida quilombolas sugerem materializar outra forma de estabelecer a economia, haja vista suas experiências,

---

vivências, saberes-fazer que imprimem dinâmicas, trocas e percursos que alimentam relações mais justas e solidárias a partir do respeito à vida humana e cuidado com a natureza.

### **3. Metodologia**

O presente estudo parte de uma abordagem qualitativa, dialogando com Minayo (2009, p. 21) quando afirma que: “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Tomando como base essa atenção de construção e produção do conhecimento, Charnoux (2006) acrescenta que a lógica qualitativa avança para a realização de uma pesquisa de modo mais focado e profundo, haja vista a busca por um entendimento complexo dos fenômenos estudados a partir dos contextos em que se manifestam.

Alinhada ao estudo qualitativo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, na intenção de aproximação dos fundamentos teóricos e demais conceitos que permeiam as categorias e temas de estudo. Isso posto, a pesquisa bibliográfica também possibilitou um mapeamento de artigos no campo digital relacionados às questões em torno das questões que envolvem economia capitalista, economia solidária, economia feminista e o cotidiano quilombola.

Para análise interpretativa dos dados, tomamos como referência o roteiro de entrevista semiestruturada com questões relacionadas à organização econômica e social da comunidade, envolvendo rodas de conversas nos quintais e espaços de convivência coletiva da comunidade quilombola Jatobá II, situada no Sertão do São Francisco em Pernambuco.

Cabe ainda ressaltar, que as discussões trazidas no corpo deste artigo fazem parte do projeto de tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UFRPE em desenvolvimento a partir do primeiro semestre do ano de 2023. Projeto que, diga-se de passagem, tem se constituído a partir de uma metodologia fundamentada na etnografia inspirada nas contribuições de Roberto Cardoso de Oliveira (1996) quando traz para a discussão a importância do olhar, ouvir e escrever, mas também dialogando com José Jorge de Carvalho (2001) com uma abordagem que evidencia a legitimidade das vozes subalternizadas numa perspectiva contracolônia, além de outros autores/as que têm contribuído com o tema no campo da antropologia e das ciências humanas e sociais.

Nesta perspectiva, enquanto componente do percurso de pesquisa têm sido realizadas, no território quilombola em questão, tem sido realizadas rodas de conversa com o objetivo de construir um espaço de diálogo a partir da perspectiva da educação popular compreendida a partir dos escritos de Carlos Rodrigues Brandão (1986) e seu diálogo com os pressupostos freirianos, sobretudo, quando o autor reconhece a educação popular como prática da educação para todos/as. Em outras palavras, uma educação cultural voltada para o exercício da liberdade, indicando que o fenômeno da educação permeia todas as dinâmicas sociais, uma vez que em todo lugar há possibilidades de partilha de saberes-fazer.

Nesse sentido, na pesquisa em questão, tem sido construído paulatinamente um percurso epistemológico dialógico, oportunizando todos/as do território quilombola um lugar e espaço para falar sobre o cotidiano, a auto-organização da comunidade, as estratégias de resistência locais para garantia da existência de seu povo, rememorando as histórias de vida e os desafios relacionados à reprodução e manutenção da vida quilombola.

Para a elaboração desse estudo, foram ouvidos/as 08 mulheres e 03 homens quilombolas. Os temas tratados nas rodas relacionam-se aos desafios impostos aos modos de vida locais, a exemplo da produção de alimentos e a auto-organização para a manutenção da comunidade. As conversas e os momentos de diálogo foram gravados de maio de 2023 até janeiro de 2024, período em que foram realizadas as imersões na comunidade, a partir do acompanhamento das atividades cotidianas da comunidade e contou com anuência dos/as envolvidos/as, e foram feitas as transcrições para levantamento e sistematização das informações, a fim subsidiar os subseqüentes resultados e discussão a seguir.

Sobre as questões éticas, a pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da Universidade Federal Rural de Pernambuco garantindo o rigor dos procedimentos normativos em vigor, a exemplo, documentos como a carta de anuência e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE.

#### **4. Resultados e Discussão**

A formação dos quilombos enquanto movimento social de luta e resistência é uma parte importante da história brasileira (Silva Filho; Lisboa, 2012). As comunidades quilombolas do país sempre estiveram presentes em espaços ancestrais de produção de alimentos e de práticas extrativistas tradicionais (Gomes, 2015; Silva Filho; Lisboa 2012; Fiabani, 2005). Essa

realidade se materializou como um marco nas trajetórias de formação econômica quilombola em diferentes Regiões do Brasil (Silva Filho; Lisboa, 2012).

A priori, quando se fala das principais manifestações da economia quilombola, toma-se como referência a produção de alimentos com base na policultura (Fiabani, 2005). Essa produção estava efetivamente vinculada às necessidades coletivas dos quilombos, posto que: “Os quilombos podiam estar organizados dada sua dinâmica enquanto semiautônomos e/ou dependentes das trocas” (Fiabani, 2005 p. 313).

Dentre os depoimentos obtidos no decorrer de nossa pesquisa na Comunidade Quilombola Jatobá II, destacamos o seguinte:

[...] aqui na comunidade nós produzíamos só o que era de nossa necessidade. Tudo era muito difícil e distante, então nós tínhamos que aprender a fazer e plantar o que comer. Nós fazíamos as casas, as panelas, tinha gente que fiava o algodão, outra fazia as roupas. Era praticamente tudo produzido aqui pela necessidade (Ana<sup>6</sup>, 73 anos).

Tomando como referência os relatos locais, podemos afirmar que, na maioria dos casos, a composição da organização econômica de Jatobá II esteve historicamente centrada na produção de alimentos prioritariamente para o autoconsumo, conforme aponta Flávio Gomes (2015), e vem se ampliando no desenvolvimento de atividades que se associam às dinâmicas das trocas, da dádiva, da reciprocidade e da comercialização solidárias, tal qual constatado por Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger (2009).

Outra discussão refere-se às contribuições de Heribert Schmitz, Dalva Maria da Mota e Josué Francisco da Silva Júnior (2009) sobre a gestão coletiva de bens comuns, haja vista a possibilidade de compartilhamento de bens de livre acesso no contexto de organizações de coletivos étnicos.

Esse fenômeno, relacionado à gestão coletiva e dos bens comuns, também abre possibilidades de atenção para a prioridade na garantia do atendimento de necessidades individuais e coletivas, diante da promoção do bem-estar da coletividade, inclusive, fatos e situações comuns à vida cotidiana das comunidades quilombolas brasileiras, conforme salienta Antônio Bispo dos Santos (2023) e Valéria Santos (2020).

Um exemplo de partilha de bens comuns na comunidade quilombola Jatobá II pode estar relacionado à produção de alimentos que, historicamente, tem sido destinada ao autoconsumo, pois, em primeira medida, a preocupação gira em torno da garantia da alimentação da família e da comunidade. De acordo com os depoimentos obtidos no decorrer da pesquisa, na maioria

<sup>6</sup> Os nomes indicados nos depoimentos são fictícios a fim de garantir a privacidade dos/as interlocutores/as.

das vezes o que se compreende como excedente da produção é partilhado com a comunidade e o que fica passa a ser comercializado para composição de renda.

[...] aqui na comunidade não tem donos das terras, aqui tudo é de todos. Um ajuda o outro, nós somos uma grande família. Quando um não tem, todo mundo se junta e vai lá, ajuda o outro. Sempre foi assim (Dona Aurora, 90 anos).

Dinâmicas que, para Karl Polanyi (2000), se associam à perspectiva da reciprocidade, da domesticidade e da redistribuição, contrariando as concepções maniqueístas do mercado capitalista. Neste sentido, de acordo com Valéria Santos (2020), as comunidades quilombolas cumprem uma dinâmica diferenciada, principalmente, por trazerem uma essência genuína de práticas relacionadas à cooperação, à solidariedade, ao cuidado com a natureza e com os pares em busca de relações mais sustentáveis de garantia e promoção da vida:

[...] aqui a gente não usava veneno, depois que esse veneno chegou, nós não conseguimos mais plantar sem ele. Mas eu tento, agora tem coisa que só dá sem colocar veneno (Dona Ana, 73 anos).

Esse modo de produzir “sem veneno” compõe um repertório desta ética econômica que cuida e valoriza a vida, o compasso climático e o respeito aos tempos de plantar e de colher sem provocar danos à terra que se mantém fértil e produtiva (Santos, 2015). Saberes-fazer importantes para a garantia da biointeração e confluência das vidas nos territórios quilombolas, tal qual refletido por Antônio Bispo dos Santos (2015).

Em adição a essa discussão da produção de alimentos para o autoconsumo, Flávio Gomes (2015) recorda que, no contexto das comunidades quilombolas brasileiras, é necessário um olhar atento para a complexidade das relações que envolvem a produção e o consumo de alimentos. É preciso, por exemplo, chamar atenção para as práticas tradicionais de conservação das sementes, sua relação com o cuidado e a identidade estabelecida com terra, o respeito ao ciclo do plantio e da colheita e os processos coletivos de trocas e comercialização (Gomes, 2015).

Embora a prática da produção sem veneno tenha sido uma dinâmica genuína da Comunidade Quilombola Jatobá II, foi possível observar que os/as agricultores/as têm mantido a prática de guarda das sementes, contudo estão conscientes de que estas já não são livres de “contaminantes químicos, - veneno”. Por este ângulo, Seu José demonstra grande preocupação, uma vez que recebeu sementes de órgãos governamentais:

[...] quando eu recebi a semente me falaram que eu não podia comer, só plantar, porque poderia fazer mal. Então se eu não posso comer, como eu posso plantar para comer depois? (José, 75 anos).

Essa reflexão sobre o uso dos venenos e das sementes geneticamente modificadas na produção de alimentos, descrito nas preocupações do Seu José, traz à tona a problemática da forte influência do modelo colonialista e capitalista na lógica da organização econômica nos territórios rurais no semiárido pernambucano. Nessa direção, cabe ressaltar: na medida em que se passa a produzir com as sementes geneticamente modificadas e com o uso de veneno, por um lado “potencializa” a produção, aumentando os excedentes. Mas, por outro lado, assume-se uma dependência das relações externas impostas pelo mercado capitalista.

Essa lógica predatória de organização econômica, diga-se de passagem, torna a terra exausta e dependente do veneno para viabilizar a produção; o que vem impactando negativamente os modos de vida quilombola, impedindo, acima de tudo, o alcance da soberania alimentar, o que compromete a Segurança Alimentar e Nutricional do ponto de vista da qualidade do alimento a ser consumido e comercializado, uma vez que - como denunciado por seu José - uma semente que não se pode comer *in natura* já representa um sinal de que pode fazer mal a saúde.

Esses fatores apresentados do ponto de vista social, cultural e econômico também foram discutidos por Valéria Santos (2020) e Flávio Gomes (2015), além de terem sido reforçados pelos depoimentos elencados em Jatobá II. Elementos que se associam diretamente aos desafios para materialização da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional das comunidades quilombolas brasileiras.

Sendo assim, autores e atores nos afirmam que o engendramento de uma cultura colonialista reduz a capacidade do estabelecimento ou mesmo a retomada de um processo de bioiteração descrito por Antonio Bispo dos Santos (2015), o qual se remete, em linhas gerais, na relação respeitosa entre o indivíduo e a natureza, reconhecendo a importância dos recursos naturais dos territórios para promoção da vida, a construção de relações de cooperação e reciprocidade e promoção do bem-estar coletivo.

Nesse sentido, Abdias do Nascimento (2019) observa historicamente uma verticalização colonialista de uma lógica econômica capitalista imposta às comunidades quilombolas no Brasil, em contraposição aos saberes-fazeres tradicionais de promoção das vidas humanas e não-humanas e das reais necessidades das comunidades (Nascimento, 2019).

Considerando essa pauta, para Valéria Santos (2020), embora a Agroecologia ainda não seja uma prática reconhecida pelas comunidades étnicas, em especial quilombolas, ela é considerada uma ciência, que leva uma organização social paradigmática e contra-hegemônica

---

que parte da valorização dos conhecimentos tradicionais e tem como principal indicador o bem-estar coletivo acima da produção econômica.

Ademais, o que é caro nessa discussão, refere-se à valorização positiva das identidades, o reconhecimento das especificidades de cada território, a economia de dádiva e de reciprocidade, a dinâmica geracional e o respeito às configurações biosocioculturais. É, portanto, tomando como referência essa perspectiva relacionada à abordagem dos bens comuns, que amplia-se a reflexão em torno de que estavam exatamente na lógica do conceito original da economia, ou seja, a subsistência, que normalmente é vista de forma pejorativa na sociedade e está relacionada com o “cuidado com a casa”, apontada nos registros de Mirian Nobre, Renata Moreno (2020) e Amaia Orozco (2012), pois se fundamenta essencialmente na necessidade de viver, ou seja, na produção e na reprodução da vida materializada numa dinâmica coletiva.

O “interesse” pela acumulação de recursos é introduzido pelo capital, conforme descrito no depoimento de dona Maria:

Para trabalhar na roça a gente trabalhava em casa ajudando a mãe a gente trabalhava com o pai na roça. A nossa vida era assim, quando surgia um trabalho para nós ganharmos um trocadinho, nós íamos trabalhar e antigamente não tinha esses plantios de cebola que hoje tem aqui. Uma pessoa sozinha planta um mundo de roça [questionou]. Começou assim as plantações de cebola, o que povo planta vai uns quadrinhos (coadinhos) pequenos e a aguava com uns galões. Depois as pessoas quando tinha uma condiçãozinha, foi comprando roupa e outras coisas mais. Aí foram crescendo os plantios. Depois só as pessoas mais pobres foram crescendo vendo que aquilo era interessante e foram pegando dinheiro. Foi crescendo aquela plantação até que hoje o mundo está cheio de plantio de cebola pra todo canto. Aí o pobre que planta um pouquinho não pega mais em dinheiro não (Dona Maria, 74 anos).

Observa-se a riqueza de elementos no discurso de dona Maria, pois no primeiro momento a fala enfatiza a divisão social do trabalho considerando as demandas das atividades domésticas e a produção de alimentos, ou seja, o trabalho na roça, trabalhos socialmente necessários para a manutenção e reprodução da vida.

O relato também salienta a violenta lógica capitalista na comunidade para produção de excedente, geração de lucro e estímulo ao consumo de outros produtos vindos de fora. Nesse percurso, muda-se a lógica da organização econômica da comunidade, assim como as formas de lidar com a produção e uso dos bens naturais. Em consequência, vivenciar um processo de disputa para o aumento da produção para acumulação de capital com a perspectiva de melhoria nas condições de vida a partir do aumento do consumo de produtos que se tornam “necessidade”.

O relato também dá pistas sobre a centralidade assumida pela monocultura da cebola de uma forma insustentável, haja vista que a produção de cebola assume ser uma estratégia para acessar recursos, pois não é um alimento que prioriza atendimento das demandas relacionadas ao autoconsumo das famílias. É um alimento com finalidade de produção para comercialização. Quem não se dispõe a produzir cebola fica fora do contexto de relações de consumo que se estabelecem com a nova ordem econômica que se instala na comunidade. Essa portanto, também abrindo espaço para a colonização de uma cultura alimentar local.

Embora o processo de colonização capitalista tenha ganhado força com o passar do tempo, não se pode deixar de destacar a fala de Seu José, quando o quilombola sinaliza estratégias de resistência em relação à garantia da produção de alimentos em Jatobá II, uma vez que as terras pertenciam a um latifundiário da região e a comunidade estava submetida à condição de passar parte do que era produzido para o dono das terras.

Com essas condições limitadas para a produção das roças, a comunidade passou a plantar na área que denominam Serra da Bananeira (uma serra que fica localizada a mais ou menos 2 ou 3 km da comunidade). O relato a seguir ilustra essa estratégia:

Nós íamos plantar lá na serra, lá tudo que a gente plantava dava, era de todo mundo. [por que iam plantar na serra, que é tão longe?] ah! Lá o que a gente plantava era nosso, não tinha que dar uma parte para seu... [o dono da terra], nós preferíamos plantar lá (Dona Angelina, 45 anos).

Além de evidenciar uma das formas de resistência quilombola ao processo colonizador estabelecido no semiárido pernambucano, esse fato demonstra o estabelecimento de uma forma de conceber a economia a partir de princípios como a cooperação, ajuda mútua e laços de solidariedade com vistas ao bem-estar comum.

Resistir ao processo colonialista, além de plantar na serra, significava fazer longas caminhadas para realizar o plantio e carregar muito peso no período de colheita. Além disso, se coloca numa condição de perigo em função da possibilidade de picadas de cobras e ser alvo de animais silvestres como onças, entre outros, já que a comunidade está localizada em uma região considerada de preservação ambiental. Com o passar dos anos, amplia-se o leque de percepções em relação aos desafios para a permanência da comunidade quilombola Jatobá II no seu território de origem, uma vez que a comunidade foi - e ainda vem sendo - submetida a uma série de violações de direitos e dificuldade de acesso às políticas públicas.

Outrossim, refere-se ao cenário de mudanças climáticas que tem repercutido em períodos mais espaçados de seca, provocando insegurança hídrica, impactando diretamente na redução da produção de alimentos. Uma conjuntura histórica colonialista perversa que força os



---

povos quilombolas a se submeterem à exploração da força de trabalho, e a estabelecer um distanciamento dos modos de vidas inspirados numa economia que valoriza a vida e as partilhas de bens comuns.

## **5. Conclusões**

O presente estudo se propôs em trazer para o centro da discussão, a importância da auto-organização das comunidades quilombolas para a materialidade de um modo de vida que resiste a perversidade da lógica da economia capitalista. Uma forma de viver e atribuir sentido à vida cotidiana que, por sua vez, tem sido marcada por inúmeras violências, negação e violação de direitos.

Vivenciar uma economia que se contrapõe à proposta colonialista engendrada na sociedade, demonstra a capacidade que as comunidades quilombolas têm para construção de estratégias no enfrentamento às desigualdades existentes, sobretudo no que diz respeito às questões de raça, classe e gênero. Pois, as comunidades quilombolas ainda se localizam em cenários de uma perversa desigualdade social.

A experiência vivenciada na presente pesquisa, reforça a potência dos modos de vida quilombolas para produção e reprodução da vida de homens, mulheres, crianças e pessoas idosas, a partir das relações de confiança, solidariedade, partilha, valorização da ancestralidade e cuidado com a natureza. Formas de viver e existir que partem de uma perspectiva contracolonial e movimenta a economia preocupada com o bem-estar das pessoas e da vida coletiva, abrindo espaço para diálogos e interseções com as pautas da economia solidária e da agroecologia.

Para tanto, o diálogo com a economia solidária, a partir de uma análise de organização econômica, política e social, assim como a agroecologia convida a refletir a partir uma importante relação entre as práticas tradicionais relacionadas aos saberes ancestrais e a ciência, sem perder de vista a dimensão política da luta pelo bem-estar coletivo.

Percebido isso, olhar para a comunidade quilombola Jatobá II leva ao reconhecimento e valorização dos saberes-fazeres a partir de práticas genuínas de organização social mobilizadoras da valorização do trabalho de homens e mulheres com respeito à natureza, reconhecimento e o respeito aos saberes ancestrais.

Na dinâmica da economia quilombola, o objetivo é o bem-estar coletivo, a partilha, a cooperação, ajuda mútua, seja na produção de alimentos, nos cuidados com a saúde coletiva

da comunidade, na manifestação da cultura quilombola. Um percurso histórico que também traz para centro o protagonismo das mulheres, haja vista que também, são reconhecidas como acervo da memória coletiva das comunidades quilombolas.

Economia quilombola que materializa a vida a partir da construção de estratégias de resistência às tentativas de apagamento de seus modos de vida e ancestralidade; os saberes genuínos relacionados à forma de extração, produção e partilha alimentos, sem perder de vista o cuidado com a preservação dos recursos naturais; a auto-organização coletiva para garantia da sobrevivência e permanência nos territórios quilombolas.

## 6. Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 58 p. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/ee3ade27-7263-444c-8361-88b1a23fb605/content>. Acesso em: 07 jul. 2024.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832001000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/kNnShbTR3wLSWgCspyx8JBv/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2023.

CAVALCANTI, Clóvis. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142010000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/vTMxPYD5vKCJ4fj7c5Q9RbN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CHARNOUX, Ofélia Maria Guazzelli. **Metodologia: processo de produção, registro e relato de conhecimento**. 3. Ed. São Paulo: DVS, 2006.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020. Cap. 03, p. 25-44.

FIABANI, Adelmir. Quilombo: Economia quilombola. In: FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Cap. 7. p. 310-345.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. 234 p.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos, e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015. 210 p.

HERRERO, Yayo. Economia Ecológica e Economia Feminista: um Diálogo Necessário. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo (org.). **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: Sof Sempre Viva Organização Feminista, 2020. p. 16-31. Disponível em: [https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Economia-Feminista-e-Ecologica\\_SOFweb-1.pdf](https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Economia-Feminista-e-Ecologica_SOFweb-1.pdf). Acesso em: 12 jul. 2024.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Rio de Janeiro: Almedina Brasil, 2009. p. 162-168. Disponível em: <https://financassolidarias.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LECHAT, Noelle. Economia Moral. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Rio de Janeiro: Almedina Brasil, 2009. p.134-138. Disponível em: <https://financassolidarias.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LEITE, Elaine da Silveira. Entre a economia e a crítica feminista da “racionalidade”: um esboço dos cursos de economia doméstica no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 33, p. 254-281, ago. 2016. Trimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/v.%2015%2C%20n.%2032%20%282016%29>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MARTINS, José de Souza (org.). **Exclusão social e a nova desigualdade**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2009. 140 p.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003. 536 p. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/mauss\\_m\\_ensaio\\_sobre\\_a\\_dadiva.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/mauss_m_ensaio_sobre_a_dadiva.pdf). Acesso em: 25 nov. 2023.

MENDES, Maria Aparecida. Saindo do quarto escuro: violência doméstica e a luta comunitária das mulheres quilombolas em Conceição das Crioulas. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020. Cap. 5, p. 59-73.

MENCHISE, Rose Mary; FERREIRA, Diogo Menchise; ÁLVAREZ, Antón Lois Fernandez. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: uma análise principalmente do Brasil. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 1-21, 2023. Editora Cubo. <http://dx.doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.49274>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 80.

MOURA, Clóvis (org.). **Quilombos: resistência ao escravismo**. Terezina: Eduespi, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do (org.). **O quilombismo**: documentos de uma militância Pan-Africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. 390 p.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata. Natureza, trabalho e corpo: percursos feministas e pistas para a ação. In: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo (org.). **Economia feminista e ecológica**: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: Sof Sempre Viva Organização Feminista, 2020. p.33-51. Disponível em: [https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Economia-Feminista-e-Ecologica\\_SOFweb-1.pdf](https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Economia-Feminista-e-Ecologica_SOFweb-1.pdf). Acesso em: 12 jul. 2024.

NOBRE, Miriam. Forjar economias de resistência antirracista. In: ZELIC, Helena *et al* (org.). **Neoliberalismo, trabalho e democracia**: trilhas feministas. 18. ed. São Paulo: Sof, 2020. p. 13-16. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/2021-10/Caderno\\_Neoliberalismo\\_trabalho\\_democracia\\_sof\\_web.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/2021-10/Caderno_Neoliberalismo_trabalho_democracia_sof_web.pdf). Acesso em: 10 maio 2024.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 13-37, 1996. Disponível em: [https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio\\_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/TrabalhodoAntropologo.pdf](https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/TrabalhodoAntropologo.pdf). Acesso em: 02 ago. 2023.

OROZCO, Amaia Pérez. Forjar economias de resistência antirracista. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org.). **Análises feministas**: outro olhar sobre a economia e a ecologia. 3. ed. São Paulo: Sof, 2012. Cap. 3. p. 51-84. Disponível em: [https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/An%C3%A1lises-feministas\\_outro-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia.pdf](https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/An%C3%A1lises-feministas_outro-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia.pdf). Acesso em: 12 maio 2024.

OSTROM, Elinor. **Governing The Commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Disponível em: [https://wtf.tw/ref/ostrom\\_1990.pdf](https://wtf.tw/ref/ostrom_1990.pdf). Acesso em: 10 ago. 2024.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2019/08/A-Grande-Transforma%C3%A7%C3%A3o\\_Karl-Planyi.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2019/08/A-Grande-Transforma%C3%A7%C3%A3o_Karl-Planyi.pdf). Acesso em: 07 jul. 2024.

SANTOS, Valéria Pôrto dos. Quilombo Pau D'arco e Parateca: quando as vozes negras se (re)envolvem na construção de caminhos para a participação coletiva. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Jandaíra, 2020. Cap.10, p.129-144.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos modos e significações**. Brasília: Incti, 2015. 149 p.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Piseagrama/Ubu, 2023. 88 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7944144/mod\\_resource/content/1/Antonio%20Bispo%20dos%20Santos%20-%20A%20terra%20da%CC%81%2C%20a%20terra%20quer-Ubu%20Editora%20%282023%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7944144/mod_resource/content/1/Antonio%20Bispo%20dos%20Santos%20-%20A%20terra%20da%CC%81%2C%20a%20terra%20quer-Ubu%20Editora%20%282023%29.pdf). Acesso em: 07 jun. 2024.

---

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 273-292, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2009000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/Fg4RLDLDCRFXZTckdqmT4bq/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

SILVA FILHO, João Bernardo da; LISBOA, Andrezza (org.). **Quilombolas**: resistência, história e cultura. São Paulo: Ibep, 2012. 96 p.

SOUZA, Marília Duarte de; FERRAZ, Deise Luiza. A (Im)produtividade do Trabalho Reprodutivo e a Exaustão das Mulheres na Contemporaneidade. **Revista de Administração Contemporânea**, [S.L.] v. 27, n. 1-21, 2023. Disponível em: [scielo.br/j/rac/a/NHrGb8zbyW3g9LHTZcsP5qG/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/rac/a/NHrGb8zbyW3g9LHTZcsP5qG/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 07 jun. 2024.